

# Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

# Conteúdo

|                                                                                 |           |
|---------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b> | <b>3</b>  |
| <b>Balanços patrimoniais</b>                                                    | <b>7</b>  |
| <b>Demonstrações do resultado</b>                                               | <b>8</b>  |
| <b>Demonstrações do resultado abrangente</b>                                    | <b>9</b>  |
| <b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>                         | <b>10</b> |
| <b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>                                        | <b>11</b> |
| <b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>                          | <b>12</b> |



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300  
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota  
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil  
Telefone +55 (85) 3457-9500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Acionistas e Diretores da

## Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

*Fortaleza – Ceará*

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. (“BVS” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Reconhecimento de receitas

Veja as Notas Explicativas nºs 3.3 e 13 das demonstrações financeiras

| Principal assunto de auditoria                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Como auditoria endereçou esse assunto                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>A Companhia detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar sua usina geradora de energia eólica, sendo o fornecimento da energia gerada comercializado por meio de um contrato de longo prazo com um único cliente, firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A receita da Companhia advém integralmente desse contrato de fornecimento de energia elétrica.</p> <p>As variações da geração da energia e consequentemente o reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários das demonstrações financeiras.</p> <p>Em função do exposto acima, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, consideramos esse assunto como relevante em nossa auditoria.</p> | <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>– Avaliação do desenho dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas;</li><li>– Inspeção documental das transações de vendas ao longo do exercício para verificar se representavam receitas válidas e condizente com o curso normal dos negócios da Companhia; e</li><li>– Inspecionamos relatório disponibilizado pelo órgão regulador e analisamos se os registros das operações de venda de energia estão registrados completamente.</li><li>– Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes em relação ao reconhecimento de receita.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p> |

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa

realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

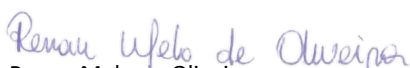
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 25 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC CE-003141/F-5

  
Renan Melo de Oliveira

Contador CRC 023259/O-4

## Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

### Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

| Ativos                               | Nota | 2025           | 2024           | Passivo                                      | Nota | 2025           | 2024           |
|--------------------------------------|------|----------------|----------------|----------------------------------------------|------|----------------|----------------|
| Caixa e equivalentes de caixa        | 4    | 396            | 434            | Fornecedores a pagar                         |      | 985            | 801            |
| Contas a receber                     | 5    | 1.719          | 1.631          | Empréstimos e financiamentos                 | 9    | 4.194          | 3.937          |
| Depósitos vinculados                 | 6    | 6.696          | 908            | Debêntures                                   | 9    | 3.135          | 3.977          |
| Impostos a recuperar                 |      | 216            | 203            | Encargos tributários e trabalhistas          |      | 377            | 470            |
| Despesas antecipadas                 |      | 410            | 448            | Arrendamentos a pagar                        | 8    | 303            | 289            |
| Outros ativos                        |      | 41             | 125            | Ressarcimento de energia a pagar             | 10   | 2.067          | 721            |
| <b>Total do ativo circulante</b>     |      | <b>9.478</b>   | <b>3.749</b>   | <b>Total do passivo circulante</b>           |      | <b>11.061</b>  | <b>10.195</b>  |
|                                      |      |                |                | Dividendos a pagar                           | 18   | 55             | 55             |
|                                      |      |                |                | Empréstimos e financiamentos                 | 9    | 19.223         | 21.980         |
| Impostos diferidos                   | 17   | -              | 91             | Debêntures                                   | 9    | 8.298          | 8.933          |
| Depósitos vinculados                 | 6    | 3.710          | 8.915          | Arrendamentos a pagar                        | 8    | 7.000          | 5.234          |
| Direito de uso - Arrendamentos       | 8    | 6.406          | 4.940          | Ressarcimento de energia a pagar             | 10   | 10.662         | 9.013          |
| Imobilizado                          | 7    | 87.792         | 91.264         | Impostos diferidos                           | 17   | 2.589          | -              |
| <b>Total do ativo não circulante</b> |      | <b>97.908</b>  | <b>105.210</b> | <b>Total do passivo não circulante</b>       |      | <b>47.827</b>  | <b>45.215</b>  |
|                                      |      |                |                | <b>Patrimônio líquido</b>                    | 12   |                |                |
|                                      |      |                |                | Capital social                               |      | 84.632         | 84.632         |
|                                      |      |                |                | Prejuízos acumulados                         |      | (36.134)       | (31.083)       |
|                                      |      |                |                | <b>Total do patrimônio líquido</b>           |      | <b>48.498</b>  | <b>53.549</b>  |
| <b>Total do ativo</b>                |      | <b>107.386</b> | <b>108.959</b> | <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> |      | <b>107.386</b> | <b>108.959</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

### Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

|                                                           | Nota | 2025                  | 2024              |
|-----------------------------------------------------------|------|-----------------------|-------------------|
| Receita líquida de vendas                                 | 13   | 14.387                | 16.047            |
| Custo das vendas                                          | 14   | <u>(11.334)</u>       | <u>(10.293)</u>   |
| <b>Lucro bruto</b>                                        |      | <b>3.053</b>          | <b>5.754</b>      |
| Despesas gerais e administrativas                         | 15   | (1.510)               | (1.678)           |
| Outras receitas (despesas) operacionais                   |      | <u>(18)</u>           | <u>779</u>        |
| <b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</b> |      | <b>1.525</b>          | <b>4.855</b>      |
| Receitas financeiras                                      |      | 1.451                 | 1.094             |
| Despesas financeiras                                      |      | <u>(5.346)</u>        | <u>(5.645)</u>    |
| <b>Resultado financeiro</b>                               | 16   | <b>(3.895)</b>        | <b>(4.551)</b>    |
| <b>Resultado antes dos impostos</b>                       |      | <b>(2.370)</b>        | <b>304</b>        |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos          | 17   | <u>(2.681)</u>        | <u>91</u>         |
| <b>(Prejuízo) lucro do exercício</b>                      |      | <b><u>(5.051)</u></b> | <b><u>395</u></b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.**

### **Demonstrações do resultado abrangente**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

*(Em milhares de Reais)*

|                                   | <b>2025</b>           | <b>2024</b>       |
|-----------------------------------|-----------------------|-------------------|
| (Prejuízo) lucro do exercício     | (5.051)               | 395               |
| Outros resultados abrangentes     | <u>-</u>              | <u>-</u>          |
| <b>Resultado abrangente total</b> | <b><u>(5.051)</u></b> | <b><u>395</u></b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Em milhares de Reais)*

|                                 | Capital<br>social | Prejuízos<br>acumulados | Total do<br>patrimônio<br>líquido |
|---------------------------------|-------------------|-------------------------|-----------------------------------|
| Saldo em 01 de janeiro de 2024  | <u>84.632</u>     | <u>(31.478)</u>         | <u>53.154</u>                     |
| Lucro do exercício              | <u>-</u>          | <u>395</u>              | <u>395</u>                        |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | <u>84.632</u>     | <u>(31.083)</u>         | <u>53.549</u>                     |
| Prejuízo do exercício           | <u>-</u>          | <u>(5.051)</u>          | <u>(5.051)</u>                    |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | <u>84.632</u>     | <u>(36.134)</u>         | <u>48.498</u>                     |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

|                                                                                      | Nota | 2025           | 2024           |
|--------------------------------------------------------------------------------------|------|----------------|----------------|
| <b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>                                    |      |                |                |
| <b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>                     |      | (2.370)        | 304            |
| Ajustes por:                                                                         |      |                |                |
| Depreciação                                                                          | 7    | 3.670          | 3.661          |
| Amortização desmobilização                                                           | 7    | -              | 36             |
| Amortização direito de uso de arrendamentos                                          | 8    | 184            | 160            |
| Apropriação de juros com direito de uso de arrendamentos                             | 8    | 431            | 374            |
| Rendimento de aplicação financeira de depósitos vinculados                           | 16   | (1.396)        | (1.009)        |
| Juros provisionados sobre empréstimos, financiamentos e debêntures                   | 9    | 4.376          | 4.480          |
| Baixa de imobilizado                                                                 | 7    | 23             | 96             |
| Baixa líquida provisão para desmobilização                                           | 11   | -              | (875)          |
| Amortização custos de captação empréstimos                                           | 9    | 24             | 24             |
| Baixa de passivos de arrendamento                                                    | 14   | (9)            | (93)           |
| Provisão para ressarcimento de energia                                               | 10   | 4.241          | 1.507          |
|                                                                                      |      | <u>9.174</u>   | <u>8.665</u>   |
| <b>Variações nos ativos e passivos</b>                                               |      |                |                |
| Contas a receber                                                                     |      | (89)           | (62)           |
| Despesas antecipadas                                                                 |      | 38             | (47)           |
| Impostos a recuperar                                                                 |      | (13)           | (185)          |
| Outros ativos                                                                        |      | 84             | (105)          |
| Fornecedores a pagar                                                                 |      | 184            | (651)          |
| Encargos tributários e trabalhistas                                                  |      | (93)           | 54             |
|                                                                                      |      | <u>9.285</u>   | <u>7.669</u>   |
| <b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>                            |      |                |                |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social                                  |      | -              | (318)          |
| Pagamento de ressarcimento de energia                                                | 10   | (1.246)        | (4.438)        |
| Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos                                   | 9    | (2.061)        | (2.271)        |
| Pagamento de juros de debêntures                                                     | 9    | (1.179)        | (1.309)        |
| Pagamento de juros de arrendamentos                                                  | 8    | (22)           | (10)           |
|                                                                                      |      | <u>4.777</u>   | <u>(677)</u>   |
| <b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b> |      |                |                |
| <b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>                                  |      |                |                |
| Depósito vinculado                                                                   |      | 813            | 5.199          |
| Aquisição de imobilizado                                                             | 7    | (221)          | (867)          |
|                                                                                      |      | <u>592</u>     | <u>4.332</u>   |
| <b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimento</b>                      |      |                |                |
| <b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>                                 |      |                |                |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal                                | 9    | (3.127)        | (2.831)        |
| Pagamento de debêntures - principal                                                  | 9    | (2.010)        | (1.934)        |
| Pagamento de arrendamentos - principal                                               | 8    | (270)          | (185)          |
|                                                                                      |      | <u>(5.407)</u> | <u>(4.950)</u> |
| <b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>                        |      |                |                |
| <b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>                                      |      | <u>(38)</u>    | <u>(1.295)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício                                 |      | 434            | 1.729          |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício                                  |      | <u>396</u>     | <u>434</u>     |
| <b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>                                      |      | <u>(38)</u>    | <u>(1.295)</u> |
| <b>Principais transações que não afetaram caixa</b>                                  |      |                |                |
| Remensuração de ativos arrendados                                                    |      | 1.650          | 632            |
| Reversão de provisão para desmobilização                                             |      | -              | 875            |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)*

### 1 Contexto operacional

A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. (“BVS” ou “Companhia”), sociedade de propósito específico, com sede na cidade de Fortaleza, CE, e filial na Fazenda Malhadinha I no município de Ibiapina-CE, constituída em 12 de julho de 2011, tem por objetivo social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente a Central Geradora Eólica Malhadinha I, bem como comercializar a energia elétrica por fonte eólica proveniente da Central Geradora Eólica Malhadinha I e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade, ligados exclusivamente à Central Geradora Eólica Malhadinha I.

A Central Geradora Eólica Malhadinha I, de propriedade da Companhia, vendeu 12 MW de energia no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), realizado em 18 de agosto de 2011, conforme o Edital de Leilão nº 03/2011-ANEEL.

Em 19 de outubro de 2016, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.793, autorizando o início das operações de geração a partir de 20 de outubro de 2016. Desde essa data, a Companhia está disponibilizando sua energia produzida.

#### a. Capacidade produtiva

A Companhia possui uma usina geradora de energia eólica, situada no município de Ibiapina, no Estado do Ceará, constituída de 11 unidades geradoras de 2.1 MW, totalizando a potência instalada de 23,1 MW e de garantia física do contrato de 12,8 MW médios.

| Central Geradora Eólica | Localização   | Aerogeradores<br>(Unidade) | Garantia<br>física (MW) | Energia<br>Vendida<br>(MW) |
|-------------------------|---------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------|
| Malhadinha I            | Ibiapina - CE | 11                         | 12,8                    | 12,0                       |

#### 1.1 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 1.583 (em 31 de dezembro de 2024: R\$ 6.446) e prejuízo do exercício de R\$ 5.051 (lucro de R\$ 395, em 31 de dezembro de 2024), devido principalmente ao saldo empréstimos, financiamentos e debêntures, e ao saldo de ressarcimento de energia a pagar à CCEE, em virtude do não atingimento dos níveis de geração de energia contratados nos últimos anos (Nota explicativa 10).

Adicionalmente, a Companhia possui saldo de contas vinculadas aos empréstimos e financiamentos de R\$ 3.710 (2024: R\$ 8.915) classificados no ativo não circulante (Nota 6). A estrutura de capital do projeto advém de recursos próprios aportados pelos acionistas, obtenção de linhas de créditos para investimentos (BNDES) e emissão de Debêntures.

A Administração destaca que o capital circulante líquido negativo decorre, essencialmente, da alocação contábil dos vencimentos de curto prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures e ao saldo ressarcimento a pagar à CCEE no passivo circulante. Pelo lado do ativo,

considera-se apenas o valor contratual a receber de um mês e o saldo de caixa e equivalentes, sem a inclusão total dos depósitos vinculados, o que não reflete integralmente a liquidez da Companhia.

A Companhia reconheceu ativos e passivos considerando o pressuposto da continuidade operacional e entende que não há indícios de descontinuidade das operações.

A administração acredita que o fluxo de caixa operacional projetado, em conjunto com o compromisso dos acionistas de estarem preparados para tomar as medidas necessárias para garantir a continuidade das operações da empresa, será suficiente para a continuidade normal das operações no curto prazo. Além disso, tais esforços irão manter a companhia em um patamar de rentabilidade e segurança financeira no médio e longo prazo.

## **1.2 Restrições à geração de energia - *Constrained-off***

A Companhia produz energia limpa e renovável e mantém junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Contrato CER nº 159/2011, onde se estabelecem as condições para a contratação de Energia de Reserva para o SIN – Sistema Interligado Nacional e opera em regime centralizado, sendo o acionamento e a efetiva utilização da geração disponível uma decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico – “O.N.S”.

Por razões técnicas externas, sem qualquer relação com a performance da Central Geradora Eólica Malhadinha I, o O.N.S pode impor cortes de geração, impedindo a produção de energia, medida conhecida como *constrained-off*. Nos últimos anos, a Companhia vem sendo afetada pelo *constrained-off* do sistema.

A Lei nº 10.848/2004 e o Decreto nº 5.163/2004 que tratam dos cortes, asseguram o pagamento de compensação aos geradores impactados. Entretanto, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, ao editar a Resolução Normativa nº 1.030/2022, criou procedimentos e critérios para a compensação dos cortes, como Razão de Indisponibilidade Externa, Razão de Atendimento de Requisitos de Confiabilidade e Razão Energética, limitando a compensação apenas a Indisponibilidade Externa.

Discordando da classificação imposta, as associações ABEEólica - Associação Brasileira de Energia Eólica e ABSOLAR - Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, ingressaram com ação judicial, através do Processo nº 1098384-92.2023.4.01.3400, objetivando assegurar o restabelecimento do disposto em Lei quanto ao pagamento de compensação aos geradores impactados pelos referidos cortes de geração.

Em outubro de 2023, a ação foi distribuída ao juiz da 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF, após o indeferimento, foi interposto agravo de instrumento, distribuído à 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que concedeu provimento parcial para determinar que a ANEEL promovesse a compensação integral aos geradores.

Em janeiro de 2025, o STJ deferiu pedido de suspensão de liminar apresentado pela ANEEL até o julgamento em 2ª instância, estando os autos conclusos para sentença.

Em novembro de 2025, através da Lei nº 15.269/2025, foi conferida nova redação à Lei nº 10.848/2004 no que se refere ao *constrained-off*, passando a estabelecer nova disciplina normativa, facultando aos geradores a celebração de termo de compromisso com o poder

concedente para a cobertura dos custos relativos à indisponibilidade externa - REL e ao atendimento ao requisito da Confiabilidade Elétrica – CNF, no período de 01/09/2023 a 25/11/2025.

Em dezembro de 2025, foi publicada a Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 890, que abriu a Consulta Pública de nº 210/25 sobre a minuta de Termo de Compromisso destinada às empresas que desejassem optar por aderir ao referido termo e renunciar à ação judicial.

Por fim, em 30 de dezembro de 2025, a CCEE, por meio do Comunicado Oficial CO 971/25, suspendeu todos os ressarcimentos até a regulamentação do tema.

Durante esse processo, a Companhia realizou pagamentos dos ressarcimentos de energia, em atendimento aos calendários e cobranças realizadas pela CCEE (Nota 10), contudo, dada a última decisão de suspensão, classificou os passivos de ressarcimento no passivo não circulante, até que a versão oficial do Termo de Compromisso seja apresentada aos agentes para deliberação da Companhia. (Nota 21)

### **1.3 Resolução normativa**

A Companhia foi autorizada a se estabelecer como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e a exploração da Central Geradora Eólica EOL Malhadinha I, com potência instalada de 23,1 MW/h. O prazo de autorização é de 35 anos, contados a partir da publicação da respectiva Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL ou a pedido da autorizada. Abaixo, detalhes da Resolução concedida pela ANEEL:

| Usina            | Resolução ANEEL                                   | Data da publicação  |
|------------------|---------------------------------------------------|---------------------|
| EOL Malhadinha I | Portaria 228, de 10 de abril de 2012              | 16 de abril de 2012 |
| EOL Malhadinha I | Resolução Autorizativa 4652, de 6 de maio de 2014 | 13 de maio de 2014  |

### **1.4 Contrato de Energia de Reserva (CER)**

O contrato de venda de energia foi firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 15 de agosto de 2012, por um prazo de 20 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

| Usina            | Quantidade<br>GWh/ano | Preço R\$/MWh<br>Agosto/2011 | Início da<br>operação<br>comercial | Final da<br>operação<br>comercial |
|------------------|-----------------------|------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|
| EOL Malhadinha I | 105,1                 | 98,95                        | Jul/2014                           | Jun/2034                          |

O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de julho, respeitado o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês de setembro de 2011.

Dessa forma, a partir julho de 2014, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia efetivamente gerada serão compensadas financeiramente. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, temos as seguintes condições:

| <b>EOL Malhadinha I</b>             | <b>2025</b> | <b>2024</b> |
|-------------------------------------|-------------|-------------|
| Quantidade GWh/contratado ano       | 95,1        | 95,1        |
| Quantidade GWh/gerado ano (Nota 13) | 77,5        | 89,5        |
| Preço R\$/MWh                       | 216,84      | 205,82      |

A conta de energia é apurada a cada 12 meses pela diferença entre a energia gerada e a energia contratada. O saldo dessa conta é apurado anual e quadrienalmente, e observará as margens de 10% abaixo da energia contratada e 30% acima da energia contratada, ao final de cada período.

Os desvios positivos ou negativos são reconhecidos no ativo ou no passivo, respectivamente, mediante aplicação dos preços e penalidades descritas no contrato de venda de energia. O ano de suprimento considerado para cálculo da conta de energia é de julho a junho e os ressarcimentos são realizados em 12 ou 24 meses, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE, obedecendo aos limites contratuais de faixa de tolerância.

### **1.5    *Outros aspectos relevantes***

#### *Subvenções governamentais - Incentivo federal*

A Companhia é beneficiária de subvenções federais obtidas por conta da realização de investimentos na implantação de unidades de produção de energia renovável sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse incentivo fiscal é concedido pelo prazo certo de dez anos, para os empreendimentos que comprovarem, junto à SUDENE, a realização de investimentos na Região Nordeste do Brasil, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obter a contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento da Região Nordeste do país.

No ano de 2019, a Companhia obteve esse incentivo, válido até 2028. O valor a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste na redução do IRPJ devido, num montante equivalente ao resultado da aplicação do percentual de 75% (setenta e cinco por cento) sobre uma base de cálculo legalmente denominada de lucro da exploração (art. 1º da MP 2.199-14/01 e art. 1º do Decreto nº 6.539/2008).

A Administração cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, bem como não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes.

Até então, entende-se que não foi descumprida condição que impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais que lhe foram concedidas.

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia optou pela tributação na forma do Lucro Real, porém sua apuração apresentou prejuízo fiscal, não sendo, portanto, aplicável o Incentivo do Lucro da Exploração.

#### *Licença ambiental e autorizações*

Em 31 de dezembro de 2013, o projeto já possuía todas as licenças e autorizações ambientais necessárias para implantação do parque. Em novembro de 2014, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMACE) emitiu as licenças de operação do parque (nº 314/2014) e da linha de transmissão (nº 310/2014) com validade inicial até novembro de 2018. Em 2022 a Companhia renovou as licenças, sendo licença de operação do parque (nº 352/2022), com validade até novembro de 2028 e licença da linha de transmissão (nº 346/2022) com validade até novembro de 2027.

### **1.6 Administração**

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

A Diretoria é composta por um diretor administrativo-financeiro e um diretor técnico, eleitos pelo Conselho de Administração.

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração de conformidade**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **b. Moeda funcional e de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **c. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### ***Julgamentos***

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

***Incertezas sobre premissas e estimativas***

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 7** - critérios para definição de vida útil do imobilizado: premissas sobre o período em que os ativos irão gerar receita para a Companhia;
- **Nota Explicativa nº 8** - critérios para definição de taxa de desconto de contratos de arrendamento;
- **Nota Explicativa nº 11** - reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos;
- **Notas Explicativas nºs 10 e 13** - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução.

***Mensuração do valor justo***

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

**Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

**Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

**Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

**d. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais.

**3 Políticas contábeis materiais**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

**3.1 Benefícios a empregados**

A Companhia possui benefícios de curto prazo em que as obrigações são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado desde que a Companhia tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e essa obrigação possa ser estimada com confiabilidade.

### **3.2 Subvenções governamentais**

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao valor justo ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

As subvenções para investimento passaram a ser contabilizadas no resultado a partir da aplicação da Lei nº 11.638/07. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

### **3.3 Receita operacional**

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante do MWh gerado e fornecido valorizado ao preço contratado.

O ativo é reconhecido conforme parcela fixa a receber mediante as cláusulas do contrato firmado com a única cliente da Companhia (ver Nota Explicativa nº 1.3). A variação da energia gerada nos percentuais acima ou abaixo do referido contrato são consideradas como ativos, caso a geração seja superior ao MWh contratado, ou passivos, caso a geração seja inferior ao MWh contratado, em contraparte da receita no resultado.

### **3.4 Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receitas de juros, despesas de juros e variações monetárias ativas e passivas. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

### **3.5 Imposto de renda e contribuição social**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia foi optante pela tributação no regime de lucro real.

Na sistemática do lucro real, é realizada a apuração do lucro tributável partindo do resultado contábil apurado, ajustado de adições e exclusões permitidas pela legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado.

#### ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido***

As despesas de impostos diferidos são calculados com base nos ajustes fiscais temporários levantados mediante a apuração do lucro real. A Companhia não apurou impostos diferidos sobre base de prejuízos fiscais ou sobre base de cálculo negativa de contribuição social.

### **3.6 Imobilizado**

**(i) *Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) *Depreciação***

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As taxas de depreciação do ativo imobilizado estão apresentadas na Nota Explicativa nº 7. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriados.

**(iii) *Custos subsequentes***

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

**(iv) *Provisão para desmobilização***

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

### **3.7 Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do

desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

### **3.8 Instrumentos financeiros**

#### **(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

#### **(ii) Classificação e mensuração subsequente**

##### *Ativos financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda

aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. O objetivo do modelo de negócios da entidade não é baseado nas intenções da administração com relação a um instrumento individual, e sim determinado em um nível mais alto de agregação. A avaliação precisa refletir o modo como uma entidade administra seus negócios ou negócio. Uma única entidade pode ter mais de um modelo de negócios para administrar seus instrumentos financeiros.

#### *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

##### **Ativos financeiros a custo amortizado**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

##### **Ativos financeiros a VJR**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

##### **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado

### **(iii) Desreconhecimento**

#### *Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### *Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) *Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**3.9 Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) *Ativos financeiros não derivativos***

*Instrumentos financeiros*

Quando aplicável, a Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*), decorrentes de fatores macroeconômicos.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

*Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

*Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

*Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

*Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não identificou indícios de perdas a serem reconhecidas.

### **3.10 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12.

### **3.11 Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados.

### **3.12 Arrendamentos**

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental

sobre empréstimo como taxa de desconto e ela é determinada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado".

### **3.13 Mudanças nas principais políticas contábeis**

A Companhia não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

### **3.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

- Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis  
O IFRS 18 substituirá o CPC 26Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:
  - As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido da entidade não mudará.
  - As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
  - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está em processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente em relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração de fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas.

- Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

|                                           | 2025       | 2024       |
|-------------------------------------------|------------|------------|
| Bancos - conta movimento                  | 6          | 12         |
| Aplicações financeiras de curto prazo (i) | 390        | 422        |
|                                           | <u>396</u> | <u>434</u> |

- (i) Estão representadas por aplicações em renda variável, junto ao Fundo Referenciado DI FIC, cuja rentabilidade para o exercício de 2025 foi de 14,22%. (em 31 de dezembro de 2024: 10,78%). Os prazos para resgate são imediatos, com incidência de IRRF. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Uma análise quanto ao risco de crédito e de mercado está descrita na Nota Explicativa nº 19.

## 5 Contas a receber

|                    | 2025         | 2024         |
|--------------------|--------------|--------------|
| Receita - CCEE (i) | 1.719        | 1.631        |
| Total              | <u>1.719</u> | <u>1.631</u> |

- (i) A Companhia tem direito ao recebimento da receita fixa mensal a partir do período de entrega da energia contratada, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresenta títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

## 6 Depósitos vinculados

|                                                | 2025          | 2024         |
|------------------------------------------------|---------------|--------------|
| Conta centralizadora (a)                       | 654           | 908          |
| Conta reserva serviço da dívida BNDES (b)      | 1.321         | 1.287        |
| Conta reserva serviço da dívida Debêntures (c) | 1.547         | 1.634        |
| Conta reserva de O&M (d)                       | 574           | 549          |
| Conta reserva especial (e)                     | 6.042         | 5.173        |
| Conta de pagamento de debêntures (f)           | 268           | 272          |
|                                                | <u>10.406</u> | <u>9.823</u> |
| Circulante                                     | 6.696         | 908          |
| Não circulante                                 | 3.710         | 8.915        |

Referem-se a condições estabelecidas contratualmente decorrente do financiamento com o BNDES e do registro de emissão de debêntures, conforme apresentado abaixo:

- (a) Conta centralizadora - conta corrente constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente. Saldo se refere ao pagamento de amortização e juros de empréstimo do mês subsequente, sendo classificado no circulante.
- (b) Conta reserva serviço da dívida BNDES - constituída pelo saldo equivalente ao valor de três prestações mensais do serviço da dívida, vincendas, constituídas de principal, encargos e acessórios. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.
- (c) Conta reserva serviço da dívida Debêntures - constituída pelo saldo equivalente ao valor da próxima prestação vincenda do serviço da dívida de debêntures. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para junho de 2031, nota 9 (ii)
- (d) Conta reserva de O&M - constituída pelo valor necessário para perfazer o equivalente a  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do valor anual de pagamentos em decorrência do Contrato de O&M (contrato de operação e manutenção dos aerogeradores). A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.
- (e) Conta reserva especial - constituída com recursos transferidos da Conta Centralizadora, após observada a ordem de pagamentos e transferências determinada pelo Contrato de Financiamento do BNDES. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía a autorização do BNDES para utilização imediata dos recursos disponíveis nesta conta para liquidação do *constrained-off*, dessa forma classificou o saldo como ativo circulante.
- (f) Conta de pagamento de debêntures - constituída mensalmente por recursos equivalentes ao valor correspondente a  $\frac{1}{6}$  (um sexto) da próxima prestação vincenda. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato de debêntures, prevista para junho de 2031.

Os saldos são mantidos em contas de aplicação financeiras em renda variável, junto ao Fundo Referenciado DI FIC, cujos rendimentos, no exercício de 2025 foram de 14,22% a.a. (em 2024 foram de 10,78% a.a.).

## 7 Imobilizado

### a. Conciliação do valor contábil

|                                        |                                               | 2025           |                          |               | 2024          |
|----------------------------------------|-----------------------------------------------|----------------|--------------------------|---------------|---------------|
|                                        | Taxas<br>anuais de<br>depreciação<br>(% a.a.) | Custo          | Depreciação<br>acumulada | Líquido       | Líquido       |
| <b><u>Administração</u></b>            |                                               |                |                          |               |               |
| Máquinas e equipamentos                | 10%                                           | 21             | (17)                     | 4             | 8             |
| Equipamentos e processamentos de dados | 20%                                           | 29             | (6)                      | 23            | 3             |
| Móveis e utensílios                    | 10%                                           | 11             | (11)                     | -             | 4             |
| Direito de uso de software             | 20%                                           | 2              | (2)                      | -             | -             |
| <b><u>Parque eólico</u></b>            |                                               |                |                          |               |               |
| Acessos, Obras e Instalações           | 2,86%                                         | 24.150         | (6.726)                  | 17.424        | 18.115        |
| Sobressalentes                         | 2,86%                                         | 340            | (40)                     | 300           | 284           |
| Transformador                          | 2,86%                                         | 5.482          | (1.732)                  | 3.750         | 3.907         |
| Torres                                 | 2,86%                                         | 15.615         | (4.374)                  | 11.241        | 11.688        |
| Geradores                              | 2,86%                                         | 28.919         | (8.806)                  | 20.113        | 20.801        |
| Nacelle                                | 2,86%                                         | 13.665         | (4.133)                  | 9.532         | 9.923         |
| Pás                                    | 2,86%                                         | 22.084         | (8.618)                  | 13.466        | 14.098        |
| Outros materiais e equipamentos        | 2,86%                                         | 17.753         | (5.814)                  | 11.939        | 12.433        |
|                                        |                                               | <b>128.071</b> | <b>(40.279)</b>          | <b>87.792</b> | <b>91.264</b> |

|                                        |                                               | 2024           |                          |               | 2023          |
|----------------------------------------|-----------------------------------------------|----------------|--------------------------|---------------|---------------|
|                                        | Taxas anuais<br>de<br>depreciação<br>(% a.a.) | Custo          | Depreciação<br>acumulada | Líquido       | Líquido       |
| <b><u>Administração</u></b>            |                                               |                |                          |               |               |
| Máquinas e equipamentos                | 10%                                           | 31             | (23)                     | 8             | 8             |
| Equipamentos e processamentos de dados | 20%                                           | 20             | (17)                     | 3             | -             |
| Móveis e utensílios                    | 10%                                           | 45             | (41)                     | 4             | 6             |
| Direito de uso de software             | 20%                                           | 2              | (2)                      | -             | -             |
| <b><u>Parque eólico</u></b>            |                                               |                |                          |               |               |
| Acessos, Obras e Instalações           | 2,86%                                         | 24.150         | (6.035)                  | 18.115        | 26.490        |
| Sobressalentes                         | 2,86%                                         | 314            | (30)                     | 284           | 307           |
| Transformador                          | 2,86%                                         | 5.482          | (1.575)                  | 3.907         | 863           |
| Torres                                 | 2,86%                                         | 15.615         | (3.927)                  | 11.688        | 4.334         |
| Geradores                              | 2,86%                                         | 28.784         | (7.983)                  | 20.801        | 13.525        |
| Nacelle                                | 2,86%                                         | 13.665         | (3.742)                  | 9.923         | 10.300        |
| Pás                                    | 2,86%                                         | 22.084         | (7.986)                  | 14.098        | 14.729        |
| Outros materiais e equipamentos        | 2,86%                                         | 17.740         | (5.307)                  | 12.433        | 23.592        |
| Provisão para desmobilização           | 2,86%                                         | -              | -                        | -             | 993           |
|                                        |                                               | <b>127.932</b> | <b>(36.668)</b>          | <b>91.264</b> | <b>95.147</b> |

b. Movimentação do saldo

|                                        | 2024          | Adições    | Baixas      | Depreciação    | 2025          |
|----------------------------------------|---------------|------------|-------------|----------------|---------------|
| <b><u>Administração</u></b>            |               |            |             |                |               |
| Máquinas e equipamentos                | 8             | -          | (2)         | (2)            | 4             |
| Equipamentos e processamentos de dados | 3             | 22         | -           | (2)            | 23            |
| Móveis e utensílios                    | 6             | -          | (3)         | (1)            | -             |
| Subtotal administração                 | 15            | 55         | (5)         | (5)            | 27            |
| <b><u>Parque eólico</u></b>            |               |            |             |                |               |
| Acessos, Obras e Instalações           | 18.115        | -          | -           | (691)          | 17.424        |
| Sobressalentes                         | 284           | 26         | -           | (10)           | 300           |
| Transformador                          | 3.907         | -          | -           | (157)          | 3.750         |
| Torres                                 | 11.688        | -          | -           | (447)          | 11.241        |
| Geradores                              | 20.801        | 157        | (16)        | (829)          | 20.113        |
| Nacelle                                | 9.923         | -          | -           | (391)          | 9.532         |
| Pás                                    | 14.098        | -          | -           | (632)          | 13.466        |
| Outros materiais e equipamentos        | 12.433        | 16         | (2)         | (508)          | 11.939        |
| Subtotal parque eólico                 | 91.249        | 199        | (18)        | (3.665)        | 87.765        |
| <b>Imobilizado em operação</b>         | <b>91.264</b> | <b>221</b> | <b>(23)</b> | <b>(3.670)</b> | <b>87.792</b> |

|                                        | 2023          | Adições    | Baixas         | Transferências<br>(**) | Depreciação    | 2024          |
|----------------------------------------|---------------|------------|----------------|------------------------|----------------|---------------|
| <b><u>Administração</u></b>            |               |            |                |                        |                |               |
| Máquinas e equipamentos                | 8             | 3          | -              | -                      | (3)            | 8             |
| Equipamentos e processamentos de dados | -             | 4          | -              | -                      | (1)            | 3             |
| Móveis e utensílios                    | 6             | -          | -              | -                      | (2)            | 4             |
| Subtotal administração                 | 14            | 7          | -              | -                      | (6)            | 15            |
| <b><u>Parque eólico</u></b>            |               |            |                |                        |                |               |
| Acessos, Obras e Instalações           | 26.490        | 58         | (11)           | (7.733)                | (689)          | 18.115        |
| Sobressalentes                         | 307           | -          | (12)           | -                      | (11)           | 284           |
| Transformador                          | 863           | -          | -              | 3.200                  | (156)          | 3.907         |
| Torres                                 | 4.334         | -          | -              | 7.800                  | (446)          | 11.688        |
| Geradores                              | 13.525        | 667        | (67)           | 7.500                  | (824)          | 20.801        |
| Nacelle                                | 10.300        | 16         | (2)            | -                      | (391)          | 9.923         |
| Pás                                    | 14.729        | -          | -              | -                      | (631)          | 14.098        |
| Outros materiais e equipamentos        | 23.592        | 119        | (4)            | (10.767)               | (507)          | 12.433        |
| Subtotal parque eólico                 | 94.140        | 860        | (96)           | -                      | (3.655)        | 91.249        |
| Provisão para desmobilização (*)       | 993           | -          | (957)          | -                      | (36)           | -             |
| <b>Imobilizado em operação</b>         | <b>95.147</b> | <b>867</b> | <b>(1.053)</b> | <b>-</b>               | <b>(3.697)</b> | <b>91.264</b> |

(\*) Com a finalidade de estimar os custos de desmobilização da Usina Eólica de propriedade da Companhia, a mesma contratou uma empresa terceirizada que apresentou um laudo técnico, precisando o custo de desmobilização da Usina Eólica. Em 2024 a Companhia realizou novo laudo de avaliação para desmobilização do parque, que apresentou resultado positivo na operação, sendo as receitas auferidas na venda de partes e peças e de sucatas superiores aos

custos. Dessa maneira, a Companhia providenciou a baixa dos ativos e passivos provisionados, resultando em uma reversão líquida, na demonstração de resultados, de R\$ 875, apresentada como outras receitas operacionais.

(\*\*) Em 2024, a Companhia contratou um serviço especializado de mapeamento e componentização dos ativos instalados no Parque Eólico. Conforme o laudo recebido, a Companhia realizou a reclassificação dos itens entre os grupos.

A Companhia revisa periodicamente a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

A Companhia cedeu, como garantia aos empréstimos e financiamentos, máquinas e equipamentos relativo ao projeto, adquiridos, montados ou construídos também com recursos do contrato de financiamento, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 9.

## 8 Arrendamentos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.12, a Companhia possui um contrato de arrendamento do terreno onde está instalado o parque eólico. O contrato é de 20 anos com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente, conforme índice de reajuste do contrato de energia (Nota Explicativa nº 1.3).

Para esse contrato, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado a depreciação dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia de 8% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Anualmente, a Companhia realiza a revisão da projeção dos pagamentos futuros, sendo o impacto contabilizado no ativo de direito de uso.

### Movimentação do ativo de arrendamento

|                                         |                     |
|-----------------------------------------|---------------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b> | <b><u>4.468</u></b> |
| Remensuração                            | 632                 |
| Despesa de depreciação do exercício     | <u>(160)</u>        |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b> | <b>4.940</b>        |
| Remensuração                            | 1.650               |
| Despesa de depreciação do exercício     | <u>(184)</u>        |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b> | <b>6.406</b>        |

## Movimentação do passivo de arrendamento

|                                         |              |              |
|-----------------------------------------|--------------|--------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b> |              | <b>4.805</b> |
| Remensuração                            |              | 539          |
| Juros apropriados no resultado          |              | 374          |
| Pagamento de principal                  |              | (185)        |
| Pagamento de juros                      |              | (10)         |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b> |              | <b>5.523</b> |
| Remensuração                            |              | 1.641        |
| Juros apropriados no resultado          |              | 431          |
| Pagamento de principal                  |              | (270)        |
| Pagamento de juros                      |              | (22)         |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b> |              | <b>7.303</b> |
|                                         | <b>2025</b>  | <b>2024</b>  |
| Circulante                              | 303          | 289          |
| Não circulante                          | 7.000        | 5.234        |
|                                         | <u>7.303</u> | <u>5.523</u> |

## Impactos no resultado do exercício

|                                    |              |              |
|------------------------------------|--------------|--------------|
|                                    | <b>2025</b>  | <b>2024</b>  |
| Despesas com depreciação           | (184)        | (160)        |
| Despesas financeiras               | (431)        | (374)        |
| Baixas de passivos                 | 9            | 93           |
| Total - impacto na despesa líquida | <u>(606)</u> | <u>(441)</u> |

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

|                   | <b>2025</b>    |                  |                | <b>2024</b>     |                  |                |
|-------------------|----------------|------------------|----------------|-----------------|------------------|----------------|
| <b>Vencimento</b> | <b>Juros</b>   | <b>Principal</b> | <b>Líquido</b> | <b>Juros</b>    | <b>Principal</b> | <b>Líquido</b> |
| Até 1 ano         | (13)           | 316              | 303            | (12)            | 301              | 289            |
| De 1 a 2 anos     | (13)           | 328              | 315            | (13)            | 316              | 303            |
| De 2 a 3 anos     | (14)           | 342              | 328            | (14)            | 332              | 318            |
| De 3 a 4 anos     | (15)           | 356              | 341            | (14)            | 349              | 335            |
| De 4 a 5 anos     | (15)           | 370              | 355            | (15)            | 366              | 351            |
| Acima de 5 anos   | (6.660)        | 12.321           | 5.661          | (10.766)        | 14.693           | 3.927          |
| <b>Total</b>      | <b>(6.730)</b> | <b>14.033</b>    | <b>7.303</b>   | <b>(10.834)</b> | <b>16.357</b>    | <b>5.523</b>   |

## 9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

O endividamento da Companhia está apresentado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 conforme demonstrado a seguir:

|                                                              | <b>Taxas</b>      | <b>2025</b>          | <b>2024</b>          |
|--------------------------------------------------------------|-------------------|----------------------|----------------------|
| <b>Empréstimos e financiamentos (i)</b>                      |                   |                      |                      |
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES | 2,65% a.a. + TJLP | 23.518               | 26.036               |
| (-) Custos de captação de empréstimos e financiamentos       |                   | (101)                | (119)                |
|                                                              |                   | <u>23.417</u>        | <u>25.917</u>        |
| Circulante                                                   |                   | 4.194                | 3.937                |
| Não circulante                                               |                   | <u>19.223</u>        | <u>21.980</u>        |
| <b>Debêntures (ii)</b>                                       |                   |                      |                      |
|                                                              | 9,43% a.a. + IPCA | 11.462               | 12.945               |
| (-) Custos de captação de debêntures                         |                   | (29)                 | (35)                 |
|                                                              |                   | <u>11.433</u>        | <u>12.910</u>        |
| Circulante                                                   |                   | 3.135                | 3.977                |
| Não circulante                                               |                   | <u>8.298</u>         | <u>8.933</u>         |
| <b>Total empréstimos, financiamentos e debêntures</b>        |                   | <b><u>34.850</u></b> | <b><u>38.827</u></b> |

### (i) Financiamento BNDES

A Companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, com a finalidade de desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimento de geração de energia elétrica e infraestrutura correlata, o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

Sobre o principal da dívida incidirão juros à taxa de 2,65% acrescido da TJLP ao ano. O principal da dívida será pago em 192 prestações mensais e sucessivas, já tendo sido pago até 31 de dezembro de 2025 o total de 118 prestações.

Os custos de captação estão sendo amortizados pelo método linear e apresentados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, como redução da dívida.

### (ii) Debêntures

Em 15 de junho de 2015, a Companhia realizou emissão de 1.030 debêntures simples, no montante total de R\$ 10.300, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. As debêntures possuem vencimentos semestrais, iniciando em julho de 2017 até junho de 2031.

Sobre o principal da dívida incidirão juros remuneratórios correspondentes a uma taxa anual de 9,43% acrescido do IPCA.

Os custos de captação estão sendo amortizados pelo método linear e apresentados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, como redução da dívida.

Os montantes por ano de vencimento têm a seguinte composição:

|                    | <u>31/12/2025</u>                   |                   | <u>31/12/2024</u>                   |                   |
|--------------------|-------------------------------------|-------------------|-------------------------------------|-------------------|
| <b>Vencimentos</b> | <b>Empréstimos e financiamentos</b> | <b>Debêntures</b> | <b>Empréstimos e financiamentos</b> | <b>Debêntures</b> |
| Em um ano          | 4.194                               | 3.135             | 3.937                               | 3.977             |
| De um a dois anos  | 5.376                               | 3.153             | 6.842                               | 5.194             |
| Acima de dois anos | <u>13.847</u>                       | <u>5.145</u>      | <u>15.138</u>                       | <u>3.739</u>      |
| Total              | 23.417                              | 11.433            | 25.917                              | 12.910            |

A seguir, conciliação da movimentação patrimonial de empréstimos, financiamentos e debêntures:

|                                              | <b>Empréstimos e financiamentos</b> | <b>Debêntures</b>    | <b>Total</b>         |
|----------------------------------------------|-------------------------------------|----------------------|----------------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>       | <u><b>28.511</b></u>                | <u><b>14.157</b></u> | <u><b>42.668</b></u> |
| Amortização de principal                     | (2.831)                             | (1.934)              | (4.765)              |
| Juros pagos                                  | (2.271)                             | (1.309)              | (3.580)              |
| Amortização dos custos de captação           | 18                                  | 6                    | 24                   |
| Juros reconhecidos no resultado do exercício | <u>2.490</u>                        | <u>1.990</u>         | <u>4.480</u>         |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>       | <u><b>25.917</b></u>                | <u><b>12.910</b></u> | <u><b>38.827</b></u> |
| Amortização de principal                     | (3.127)                             | (2.010)              | (5.137)              |
| Juros pagos                                  | (2.061)                             | (1.179)              | (3.240)              |
| Amortização dos custos de captação           | 18                                  | 6                    | 24                   |
| Juros reconhecidos no resultado do exercício | <u>2.670</u>                        | <u>1.706</u>         | <u>4.376</u>         |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>       | <u><b>23.417</b></u>                | <u><b>11.433</b></u> | <u><b>34.850</b></u> |
| Circulante                                   | 4.194                               | 3.135                | 7.329                |
| Não circulante                               | 19.223                              | 8.298                | 27.521               |

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as garantias da operação do empréstimo do BNDES e das debêntures são compartilhadas, podendo ser assim demonstradas:

- Os acionistas e suas intervenientes deram em penhor a totalidade das ações na Companhia de sua titularidade.
- A Companhia cedeu fiduciariamente ao BNDES os direitos creditórios de que é titular provenientes do Contrato de Energia de Reserva nº 159/11 (CER). A Companhia concedeu em penhor:
- Os direitos emergentes da autorização decorrente da Portaria nº 228 de 13 de abril de 2012;
- Máquinas e equipamentos relativos ao projeto, a serem adquiridos, montados ou construídos com recursos do contrato de empréstimo e financiamento;

- Os direitos creditórios provenientes do contrato de fornecimento de bens e serviços para a implantação do Parque Eólico Malhadinha I (Aerogeradores), firmado em 5 de julho de 2013, entre a Beneficiária e a WEG Equipamentos Elétricos S.A.;
- Os direitos creditórios provenientes do contrato de Operações e Manutenção durante o período de Pós-garantia dos Aerogeradores no Empreendimento EOL Malhadinha I, firmado em 28 de abril de 2014, entre a beneficiária e a WEG Equipamentos Elétricos S.A.; e
- Os direitos creditórios provenientes de qualquer outro contrato relativo ao projeto que venha a ser celebrado e que seja relevante para sua operação e cuja contratação requeira anuência do BNDES.

#### **Cláusulas restritivas (covenants)**

A Companhia deverá manter anualmente, durante toda a vigência dos contratos de empréstimo, financiamento e debêntures, Índice de Cobertura de Serviço de Dívida (ICSD) igual ou superior a 1,30, no mínimo. Ademais, outras obrigações a serem cumpridas pela Companhia estão relacionadas diretamente com as operações comerciais, financeiras e societárias, tais como, mas não se limitando, a adimplência financeira, manutenção de garantias e das certidões públicas. O não cumprimento de tais cláusulas restritivas pode culminar em vencimento antecipado das parcelas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia encontra-se adimplente com os *covenants* presentes no contrato.

## **10 Ressarcimento de energia a pagar**

|                                                                              | 2025          | 2024         |
|------------------------------------------------------------------------------|---------------|--------------|
| Ressarcimento a pagar – <i>Constrained-off</i> e geração inferior (Nota 1.2) | 6.527         | 6.432        |
| Ressarcimento a pagar – apuração no ano de suprimento e quadriênio vigentes  | <u>6.202</u>  | <u>3.302</u> |
|                                                                              | <u>12.729</u> | <u>9.734</u> |
| Circulante                                                                   | 2.067         | 721          |
| Não circulante                                                               | 10.662        | 9.013        |

O montante registrado se refere ao somatório das diferenças mensais apuradas durante o período de operação entre a energia gerada e a energia contratada junto à CCEE, que será descontado conforme contrato de comercialização de energia elétrica. Os valores classificados no circulante se referem a valores que irão vencer nos próximos 12 meses e os classificados no não circulante aos valores que irão vencer após os próximos 12 meses.

Em 2025 foi publicada a Lei 15.269/2025, que deliberou sobre a cobrança dos ressarcimentos apurados a partir de setembro de 2023, sendo disponibilizado pela CCEE um calendário de cobranças, cujas liquidações se dariam até 2026. Entretanto, em 30 de dezembro de 2025, por meio do Comunicado Oficial nº 971/25, a CCEE suspendeu as cobranças dos ressarcimentos, em cumprimento à diretriz do Ministério de Minas e Energias (MME), até que fosse publicada regulamentação pelo poder concedente sobre o tema. A Companhia mantém um acompanhamento periódico do tema, por meio dos seus assessores jurídicos (Nota 21).

Diante desse cenário, a Companhia entendeu como mais adequado a classificação dos passivos referentes aos ressarcimentos não cobrados no não circulante.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia liquidou o valor equivalente a 19 parcelas, sendo 7 parcelas do ano de apuração encerrado em junho de 2020, e 12 parcelas do ano de apuração encerrado em junho de 2021, no montante principal de R\$ 4.396, com atualização pelo IPCA de R\$ 549, contabilizados como despesa financeira na demonstração de resultados no exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia liquidou o valor equivalente a 6 parcelas do ano de apuração e quadriênio encerrado em junho de 2022, no montante principal de R\$ 1.246, com atualização pelo IPCA de R\$ 189, contabilizados como despesa financeira na demonstração de resultados no exercício.

A seguir, a conciliação da movimentação patrimonial:

|                                        | <i>Constrained-off<br/>e geração<br/>inferior (i)</i> | <b>Apuração<br/>ano corrente</b> | <b>Total</b>  |
|----------------------------------------|-------------------------------------------------------|----------------------------------|---------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b> | <b>8.641</b>                                          | <b>4.024</b>                     | <b>12.665</b> |
| Ressarcimento apurado no ano corrente  | 5                                                     | 1.502                            | 1.507         |
| Pagamentos realizados (i)              | (4.396)                                               | (42)                             | (4.438)       |
| Transferências (*)                     | 2.182                                                 | (2.182)                          | -             |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b> | <b>6.432</b>                                          | <b>3.302</b>                     | <b>9.734</b>  |
| Circulante                             | -                                                     | 721                              | 721           |
| Não circulante                         | 6.432                                                 | 2.581                            | 9.013         |
| Ressarcimento apurado no ano corrente  | (294)                                                 | 4.535                            | 4.241         |
| Pagamentos realizados (i)              | (1.246)                                               | -                                | (1.246)       |
| Transferências (*)                     | 1.635                                                 | (1.635)                          | -             |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b> | <b>6.527</b>                                          | <b>6.202</b>                     | <b>12.729</b> |
| Circulante                             | -                                                     | 2.067                            | 2.067         |
| Não circulante                         | 6.527                                                 | 4.135                            | 10.662        |

- (i) Em 2024 a Companhia liquidou os montantes relativos aos ressarcimentos apurados nos anos de suprimento finalizados em junho de 2020 (R\$ 1.554) e junho de 2021 (R\$ 2.842) conforme o cronograma parcial divulgado pela CCEE. Em 2025 a Companhia liquidou os montantes relativos ao ressarcimento apurado no ano de suprimento e quadriênio finalizados em junho de 2022, conforme o cronograma parcial divulgado pela CCEE.

A Companhia classificou os ressarcimentos não liquidados, apurados no ano de suprimento e quadriênio finalizados em junho de 2022 (R\$ 3.739), junho de 2024 (R\$ 2.000) e junho de 2025 (R\$ 788) no passivo não circulante. Para o ano de suprimento encerrado em junho de 2023, a Companhia atingiu os limites estabelecidos no contrato CER, acumulando a geração inferior desse período para apuração ao final do quadriênio, em junho de 2026.

(\*) Conforme as normas do Contrato de Energia de Reserva (vide nota 1.4) ao final de cada ano de suprimento e/ou quadriênio, as contas de ressarcimento de energia são parcialmente ou totalmente liquidadas e inicia-se um novo período de apuração. Quando ocorre o encerramento do quadriênio, todo o saldo acumulado na apuração corrente referente ao encerramento em questão, incluindo os saldos classificados no longo prazo, são considerados passíveis de

liquidação por parte da CCEE. O último quadriênio encerrado conforme contrato ocorreu em junho de 2022, sendo o próximo quadriênio a ser encerrado em junho de 2026.

## **11 Provisões**

### **(i) Provisão para contingências**

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para preservar seu patrimônio, não existindo indicações de necessidades de se reconhecer provisões e/ou divulgações para contingências nos exercícios de 2025 e 2024, sobre questionamentos judiciais, de natureza tributária, trabalhista ou civil.

Portanto, baseada nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração reconheceu que não existem processos com probabilidade de perda provável e possível.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não havia nenhum processo tributário, trabalhista ou civil envolvendo a Companhia.

### **(ii) Provisão para desmobilização**

A Companhia possui, como obrigação contratual, realizar a desmontagem do parque eólico ao final do contrato de concessão. No exercício de 2024, a Companhia contratou especialistas para atualização do estudo realizado em 2016, com a finalidade de mensurar o custo de recuperação ambiental das áreas degradadas pela atividade explorada, o volume de material proveniente do desmatamento do parque e suas instalações e o volume de material considerado sucata, bem como os valores provisionados para a realização de tais serviços quando do desmonte da EOL Malhadinha I.

## **12 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social da Companhia é composto por 188.781 ações que correspondem a R\$ 84.632.

### **b. Reserva legal**

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou prejuízo, não havendo constituição de reservas.

### **c. Dividendo mínimo obrigatório**

Do lucro remanescente, após as deduções e destinações, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não

for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimentos nos negócios da Companhia.

## 13 Receita líquida de vendas

|                                   | 2025           | 2024           |
|-----------------------------------|----------------|----------------|
| Receita de energia contratada (a) | 20.100         | 19.204         |
| Desconto de energia gerada (b)    | (4.246)        | (1.521)        |
| Outros ajustes de geração         | (5)            | (14)           |
| Receita de energia gerada         | <u>15.854</u>  | <u>17.683</u>  |
| Pis (c)                           | (262)          | (292)          |
| Cofins (c)                        | <u>(1.205)</u> | <u>(1.344)</u> |
|                                   | <u>14.387</u>  | <u>16.047</u>  |

- (a) Receita fixa contratada, conforme contrato CER (Nota 1.4)
- (b) Descontos registrados para refletir a receita correspondente à energia efetivamente gerada, conforme as regras do contrato CER (Nota 1.4), os quais serão ressarcidos à CCEE (Nota 10). Em 2025, a geração de energia foi impactada por condições climáticas adversas e por desligamentos determinados pelo ONS.
- (c) A Companhia apura os tributos indiretos para o regime não cumulativo, com as alíquotas de 1,65% e 7,6% para Pis e Cofins, respectivamente

## 14 Custos das vendas

|                                                  | 2025            | 2024            |
|--------------------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Depreciações                                     | (3.665)         | (3.691)         |
| Depreciação do direito de uso de arrendamentos   | (184)           | (160)           |
| Encargos de uso do sistema de transmissão - TUST | (1.950)         | (1.783)         |
| Custos regulatórios                              | (112)           | (107)           |
| Custos gerais                                    | (663)           | (621)           |
| Custos com manutenção                            | (3.972)         | (3.516)         |
| Custos com pessoal                               | (605)           | (403)           |
| Serviços de terceiros                            | (373)           | (307)           |
| Custo sócio ambiental                            | (155)           | (153)           |
| Custos com infraestrutura                        | (191)           | (185)           |
| Créditos tributários (a)                         | 534             | 545             |
| Baixas de passivos de arrendamentos (b)          | 9               | 93              |
| Outros custos                                    | <u>(7)</u>      | <u>(5)</u>      |
|                                                  | <u>(11.334)</u> | <u>(10.293)</u> |

- (a) Créditos de tributos indiretos, apurados no regime não cumulativo, conforme legislação fiscal vigente.
- (b) Baixa decorrente da revisão dos anual realizada entre os pagamentos projetados e os pagamentos efetivos realizados.

## 15 Despesas gerais e administrativas

|                                   | 2025           | 2024           |
|-----------------------------------|----------------|----------------|
| Despesas gerais                   | (64)           | (72)           |
| Despesa com manutenção            | -              | (1)            |
| Despesas com pessoal (*)          | (772)          | (985)          |
| Serviços de terceiros             | (399)          | (396)          |
| Despesa com infraestrutura        | (6)            | (8)            |
| Depreciações                      | (5)            | (6)            |
| Despesas tributárias              | (88)           | (54)           |
| Despesas com associação de classe | (176)          | (156)          |
|                                   | <u>(1.510)</u> | <u>(1.678)</u> |

(\*) Até 2024, a Companhia possuía contrato de compartilhamento de despesas administrativas firmado com a parte relacionada Inxu Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica.

## 16 Resultado financeiro

|                                                      | 2025                  | 2024                  |
|------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Rendimentos de aplicações financeiras (*)            | 1.430                 | 1.093                 |
| Outras receitas financeiras                          | 21                    | 1                     |
| <b>Receita financeira</b>                            | <b><u>1.451</u></b>   | <b><u>1.094</u></b>   |
| Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | (4.376)               | (4.480)               |
| Despesas financeiras com arrendamentos               | (431)                 | (374)                 |
| Fianças bancárias                                    | (6)                   | (7)                   |
| Juros passivos                                       | (199)                 | (562)                 |
| Imposto sobre movimentações financeiras - IOF        | (15)                  | (6)                   |
| Outras despesas financeiras                          | (319)                 | (216)                 |
| <b>Despesas financeiras</b>                          | <b><u>(5.346)</u></b> | <b><u>(5.645)</u></b> |
| <b>Resultado financeiro, líquido</b>                 | <b><u>(3.895)</u></b> | <b><u>(4.551)</u></b> |

(\*) Compreende os rendimentos de aplicações financeiras em caixas e equivalentes de caixa de R\$ 34 (2024: R\$ 84) e rendimento de aplicações em depósitos vinculados de R\$ 1.396 (2024: R\$ 1.009).

## 17 Imposto de renda e contribuição social diferido

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia adotou o regime de apuração no lucro real.

|                                                              | 2025           | 2024         |
|--------------------------------------------------------------|----------------|--------------|
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | (2.370)        | 304          |
| (+) Adições (temporárias e permanentes)                      | 615            | 534          |
| (-) Exclusões (temporárias e permanentes)                    | (7.980)        | (1.033)      |
| (=) Prejuízo fiscal                                          | <u>(9.735)</u> | <u>(195)</u> |

Devido a incerteza de lucros futuros tributáveis, a Administração concluiu por não constituir o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre esses créditos fiscais.

Os impostos diferidos constantes nas demonstrações contábeis são calculados sobre os ajustes temporários de adições e exclusões ao lucro real. Esses ajustes são relacionados aos ajustes fiscais necessários pela adoção do CPC 06 - contratos de arrendamento e ajustes fiscais depreciação:

|                                                            | 2025           | 2024      |
|------------------------------------------------------------|----------------|-----------|
| Ajustes temporários, líquidos – Contratos de arrendamentos | (339)          | 339       |
| Ajustes temporários, líquidos – Diferenças de depreciação  | (7.686)        | -         |
|                                                            | (8.025)        | 339       |
| IRPJ – 15% e adicional 10%                                 | (1.959)        | 60        |
| CSLL – 9%                                                  | (722)          | 31        |
| <b>Total impostos diferidos no resultado</b>               | <b>(2.681)</b> | <b>91</b> |
| <b>Total impostos diferidos – ativo não circulante</b>     | <b>-</b>       | <b>91</b> |
| <b>Total impostos diferidos – passivo não circulante</b>   | <b>2.589</b>   | <b>-</b>  |

## 18 Partes relacionadas

### a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os honorários dos administradores foram apropriados ao resultado, na conta “despesas gerais e administrativas”, no montante total de R\$ 415 (2024 R\$ 374), e na conta de “custos das vendas”, no montante total de R\$ 373 (2024 R\$ 429). A remuneração inclui salários e encargos e bônus anual por atingimento das metas. Em agosto de 2025, A Companhia mudou sua diretoria técnica e os custos da nova diretoria passaram a ser pagos pelo controlador final.

### b. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Franklin Servtec Energia Fundo de Investimentos e Participações, com 100% do capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, há o saldo de R\$ 55 de dividendos a distribuir aos acionistas, para o qual não há previsão para liquidação.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas administrativas com a empresa Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica, controlada integralmente pela Franklin Servtec Energia Fundo de Investimentos e Participações.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia registrou reembolso no montante de R\$ 798 (2024 R\$ 854), na conta “despesas gerais e administrativas” e o montante de R\$ 402 (2024 R\$ 652), na conta de “custos das vendas”

Não há outras transações com partes relacionadas além das já mencionadas.

## 19 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos, a aplicações financeiras e contas a receber. O contas a receber tem risco considerado baixo, considerando as características do contrato de energia firmado (ver Nota Explicativa nº 1.4)

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

| <b>Em 31 de dezembro de 2025</b> | <b>VJR</b> | <b>Ativos<br/>financeiros a<br/>custo amortizado</b> | <b>Outros<br/>passivos<br/>financeiros</b> | <b>Valor justo<br/>nível 1</b> |
|----------------------------------|------------|------------------------------------------------------|--------------------------------------------|--------------------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa    | -          | 396                                                  | -                                          | -                              |
| Depósitos vinculados             | 10.406     | -                                                    | -                                          | 10.406                         |
| Contas a receber de clientes     | -          | 1.719                                                | -                                          | -                              |
| Fornecedores                     | -          | -                                                    | 985                                        | -                              |
| Empréstimos e financiamentos     | -          | -                                                    | 23.417                                     | 23.417                         |
| Debêntures                       | -          | -                                                    | 11.433                                     | 11.433                         |
| Arrendamentos a pagar            | -          | -                                                    | 7.303                                      | 7.303                          |
| Ressarcimento de energia a pagar | -          | -                                                    | 12.729                                     | 12.729                         |

| <b>Em 31 de dezembro de 2024</b> | <b>VJR</b> | <b>Ativos<br/>financeiros a<br/>custo amortizado</b> | <b>Outros<br/>passivos<br/>financeiros</b> | <b>Valor justo<br/>nível 1</b> |
|----------------------------------|------------|------------------------------------------------------|--------------------------------------------|--------------------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa    | -          | 434                                                  | -                                          | -                              |
| Depósitos vinculados             | 9.823      | -                                                    | -                                          | 9.823                          |
| Contas a receber de clientes     | -          | 1.631                                                | -                                          | -                              |
| Fornecedores                     | -          | -                                                    | 801                                        | -                              |
| Empréstimos e financiamentos     | -          | -                                                    | 25.917                                     | 25.917                         |
| Debêntures                       | -          | -                                                    | 12.910                                     | 12.910                         |
| Arrendamentos a pagar            | -          | -                                                    | 5.523                                      | 5.523                          |
| Ressarcimento de energia a pagar | -          | -                                                    | 9.734                                      | 9.734                          |

### Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de juros; e
- Risco operacional.

### **Riscos de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. Os recebíveis têm risco considerado baixo, considerando as características do cliente da Companhia (CCEE).

**(i) Instrumentos financeiros, depósitos em dinheiro e aplicações**

O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo Departamento Financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e do *rating* atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido nesta por parte de cada banco ou instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem R\$ 396 (em 31 de dezembro de 2024, R\$ 434) em caixa e equivalentes de caixa. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o saldo de R\$ 10.406 (em 31 de dezembro de 2024, R\$ 9.823) em depósitos vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures.

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa contábeis contratados:

|                                  | <b>A vencer em<br/>até 1 ano</b> |             | <b>A vencer<br/>acima de 1 ano</b> |             | <b>Totais</b> |             |
|----------------------------------|----------------------------------|-------------|------------------------------------|-------------|---------------|-------------|
|                                  | <b>2025</b>                      | <b>2024</b> | <b>2025</b>                        | <b>2024</b> | <b>2025</b>   | <b>2024</b> |
| Empréstimos e financiamentos     | 4.194                            | 3.937       | 21.397                             | 24.076      | 25.591        | 28.013      |
| Debêntures                       | 3.135                            | 3.977       | 9.434                              | 10.207      | 12.569        | 14.184      |
| Fornecedores                     | 985                              | 801         | -                                  | -           | 985           | 801         |
| Arrendamentos a pagar            | 303                              | 289         | 7.560                              | 5.653       | 7.863         | 5.942       |
| Ressarcimento de energia a pagar | 8.595                            | 721         | 4.134                              | 9.013       | 12.729        | 9.734       |

### **Risco de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas para travar o custo financeiro das operações.

### **Análise de sensibilidade**

No que se refere ao risco de elevação da taxa de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2025, a TJLP acumulada para os empréstimos e financiamentos será de 8,66% (6,89% em 31 de dezembro de 2024), o IPCA acumulado para as debêntures de 4,26% (4,83% em 31 de dezembro de 2024), e a rentabilidade acumulada nos fundos de investimentos de 14.22% (10,78%, em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos cenários advindos de uma elevação ou baixa nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável projetado, não levando em consideração a incidência de tributos ou o fluxo de vencimento de cada contrato.

O saldo de caixa não está sendo considerado na análise de sensibilidade, visto que não há exposição a riscos de mercado e os montantes relacionados as dívidas apresentados não contemplam os saldos de custos de transação.

|                                                                                 | <b>Saldo<br/>31/12/2025</b> | <b>Risco</b>      | <b>Cenário<br/>(-50%)</b> | <b>Cenário<br/>(-25%)</b> | <b>Cenário<br/>Provável</b> | <b>Cenário<br/>(+25%)</b> | <b>Cenário<br/>(+50%)</b> |
|---------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|-------------------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------|---------------------------|---------------------------|
| Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) – Fundos de investimento | 390                         | Rendimentos em FI | 414                       | 430                       | 445                         | 461                       | 477                       |
| Efeito no resultado                                                             |                             |                   | (31)                      | (15)                      | -                           | 16                        | 32                        |
| Saldo de aplicações financeiras (vinculadas) - Fundo de investimento            | 9.752                       | Rendimentos em FI | 10.347                    | 10.743                    | 11.139                      | 11.535                    | 11.931                    |
| Efeito no resultado                                                             |                             |                   | (792)                     | (396)                     | -                           | 396                       | 792                       |
| Saldo de empréstimos e financiamentos                                           | (23.417)                    | TJLP              | (24.343)                  | (24.894)                  | (25.445)                    | (25.997)                  | (26.548)                  |
| Efeito no resultado                                                             |                             |                   | (1.102)                   | (551)                     | -                           | 552                       | 1.103                     |
| Saldo de debêntures                                                             | (11.433)                    | IPCA              | (11.666)                  | (11.793)                  | (11.920)                    | (12.047)                  | (12.174)                  |
| Efeito no resultado                                                             |                             |                   | (254)                     | (127)                     | -                           | 127                       | 254                       |
|                                                                                 | <b>Saldo<br/>31/12/2024</b> | <b>Risco</b>      | <b>Cenário<br/>(-50%)</b> | <b>Cenário<br/>(-25%)</b> | <b>Cenário<br/>Provável</b> | <b>Cenário<br/>(+25%)</b> | <b>Cenário<br/>(+50%)</b> |
| Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) – Fundos de investimento | 422                         | Rendimentos em FI | 442                       | 455                       | 467                         | 480                       | 493                       |
| Efeito no resultado                                                             |                             |                   | (25)                      | (12)                      | -                           | 13                        | 26                        |
| Saldo de aplicações financeiras (vinculadas) - Fundo de investimento            | 8.915                       | Rendimentos em FI | 9.344                     | 9.610                     | 9.876                       | 10.142                    | 10.408                    |
| Efeito no resultado                                                             |                             |                   | (532)                     | (266)                     | -                           | 266                       | 532                       |
| Saldo de empréstimos e financiamentos                                           | (25.917)                    | TJLP              | (26.748)                  | (27.225)                  | (27.701)                    | (28.178)                  | (28.655)                  |
| Efeito no resultado                                                             |                             |                   | (953)                     | (476)                     | -                           | 477                       | 954                       |
| Saldo de debêntures                                                             | (12.910)                    | IPCA              | (13.207)                  | (13.370)                  | (13.534)                    | (13.697)                  | (13.860)                  |
| Efeito no resultado                                                             |                             |                   | (327)                     | (164)                     | -                           | 163                       | 326                       |

A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

### **Risco operacional**

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

## **20 Gestão do capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma da dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de outros investimentos, caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de alavancagem financeira, que consiste na razão entre Dívida líquida e Total do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, podem ser assim sumarizados:

|                                                                                      | 2025            | 2024           |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|----------------|
| Total de empréstimos, financiamentos e debêntures                                    | 34.850          | 38.827         |
| Menos: Caixa e equivalentes de caixa                                                 | (396)           | (434)          |
| Menos: Depósitos vinculados                                                          | <u>(10.406)</u> | <u>(9.823)</u> |
| Dívida líquida                                                                       | <u>24.048</u>   | <u>28.570</u>  |
| Total do patrimônio líquido                                                          | <u>48.498</u>   | <u>53.549</u>  |
| Índice de alavancagem em 31 de dezembro (Dívida líquida/Total do patrimônio líquido) | <u>0,50</u>     | <u>0,53</u>    |

## **21 Eventos subsequentes**

Em Janeiro de 2026, a Companhia recebeu memorando dos assessores jurídicos acerca do andamento processual e prognóstico de êxito da ação relativa ao *Constrained-off*.

A Companhia ingressou como parte associada da Associação Brasileira de Energia Eólica – ABEEólica e a ação busca garantir compensação integral às associadas por eventos de restrição de operação por *constrained-off* – sem limitá-la, portanto, aos eventos classificados como razão de indisponibilidade externa. Conforme relatório, a probabilidade de êxito da ação é estimada como 60% possível.

Com a publicação da Lei 15.269/25 surgiu uma possibilidade administrativa que está em tramitação junto ao Ministério de Minas e Energias - MME, através da Consulta Pública Portaria 890, para inclusão de compensação por confiabilidade nas compensações por cortes de geração.

Com referência à Consulta Pública MME Nª 210/2015, que tem como objetivo colher propostas da minuta do Termo de Compromisso para a compensação por cortes de geração de energia, ainda há incertezas no cálculo proposto e a Companhia irá aguardar as definições da fórmula

dos cálculos atuais e a definição do tratamento dos lançamentos do futuro a ser publicado pelo MME para que a Companhia possa se manifestar sobre adesão ao Termo de Compromisso. A reapuração completa da energia frustrada dos montantes da confiabilidade poderá acarretar uma redução estimada do passivo não ressarcido da Companhia em 37%.

\* \* \*

Maiza Rodrigues Ponte Parente  
Diretora Financeiro-administrativa

Marcelo Bernardes Coura  
Diretor Técnico

Kamila Stefani Galdino  
Contadora CRC-CE 021919/0-8